

# O plano de contas contábil como indutor da transparência operacional e instrumento para a tomada de decisões

Fernanda das Neves Ramos<sup>1</sup>  
Rogério Mário Fernandes<sup>2</sup>  
Silvério Antonio Nascimento<sup>2</sup>  
Simone Martins Abreu<sup>1</sup>

## RESUMO

O plano de contas é uma ferramenta de grande relevância no exercício da profissão contábil. Um bom plano de contas que demonstra com clareza as operações empresariais representa o ponto inicial para que as demonstrações contábeis sejam fidedignas, que realmente evidenciem a verdadeira situação vivenciada pela entidade em um dado momento. Mas esta importante ferramenta contábil tem sofrido profundas modificações no processo de sua estruturação e quanto a sua relevância no processo de decisões empresariais. Ultimamente os planos de contas não têm sido projetados de acordo com as operações empresariais, sendo cópias de planos de contas existentes com pequenas modificações, prejudicando, portanto, a evidenciação das operações contábeis ocorridas na entidade em estudo.

Este trabalho objetiva realizar um estudo dos conteúdos dos planos de contas adotados por alguns sistemas contábeis disponibilizados no mercado, na medida que são estes adquiridos pelas empresas quando da implantação dos seus sistemas contábeis informatizados. Considerando que estes planos de contas são, na maioria das vezes padronizações feitas a partir de modelos sugeridos nos livros, especialmente o modelo de plano de contas sugerido pelo Manual Contabilidade das S/Sas. A análise de seus conteúdos nos permitira identificar a similaridade existente entre os vários sistemas e como as empresas que adotam essa conduta acabam engessando de certa forma as suas operações contábeis, por entender que estes oferecem pouco espaço de criatividade e flexibilidade na definição das contas a serem criadas ou extintas do modelo padronizado e cadastrado pela empresa.

**Palavras-chave:** Plano de contas; Contabilidade; Sistemas de informação contábil

---

1 Graduandas de Ciências Contábeis da FACE/UFMG, bolsistas e pesquisadoras do NESCON/CIC/FACE/UFMG

2 Professores e Pesquisadores do CIC/FACE/UFMG

## 1 INTRODUÇÃO

A ciência contábil tem se dedicado ao fornecimento de informações de tal forma que auxilie no controle, planejamento e tomada de decisões. Utilizando-se de várias técnicas e procedimentos que evoluem de acordo com o avanço tecnológico da sociedade, a contabilidade tem aproveitado os benefícios destas inovações para diversificar seus serviços e minimizar o tempo gasto em tarefas que tomam um tempo demasiadamente dispendioso no exercício profissional.

Os sistemas informatizados que surgiram recentemente proporcionaram uma automatização de práticas contábeis como escrituração, cálculo de impostos e folha de pagamento. Muitos até chegaram a projetar o fim da profissão contábil, já que para operar estes sistemas bastavam apenas conhecimentos superficiais em contabilidade disponíveis em simples cursos de noções básicas sobre o assunto.

Estes sistemas, além de todos os recursos que facilitam a prática contábil, apresentam também a padronização de uma das ferramentas contábeis mais utilizadas para a evidenciação das demonstrações contábeis: o plano de contas. O plano de contas ditado por estes sistemas passou a ser modificado para se adequar a um determinado ramo empresarial, deixando de lado a preocupação inicial de projetá-lo de acordo com as atividades específicas de uma entidade. Na medida em que o plano de contas perdeu sua identidade com a empresa ele deixou de espelhar as atividades desta, tornando-se um modelo a ser seguido por quantas empresas utilizassem o mesmo sistema.

Observa-se na literatura disponível uma grande carência por obras que tratam do assunto. As obras existentes, em sua maioria, atêm-se apenas em exemplificar planos de contas para empresas de ramos específicos. Não que esta conduta seja considerada imprópria, mas deve-se procurar fomentar discussões que venham a produzir conhecimentos que proporcionem novas abordagens acerca do assunto.

## 2 PLANO DE CONTAS – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

O plano de contas muitas vezes é visto apenas como um conjunto das contas patrimoniais e de resultado que retratam as operações da entidade a qual ele se refere. Por isto, sua conceituação é bastante divergente entre os autores, pois alguns o consideram como tal e outros dão a ele características de um manual das contas. Nota-se a diferença conceitual observando a conceituação de Franco (1981, p. 129) quando afirma que "o plano de contas é um elenco de todas as contas que se

prevê sejam necessárias aos registros contábeis de uma entidade[...]" e de Sá (1979, p. 22) que refere-se ao plano de contas como "um conjunto de normas, como um sistema, como uma grande peça contábil, visando a estabelecer, previamente, tudo o que diz respeito às contas a serem adotadas nos registros contábeis de uma empresa ou de uma entidade".

Nota-se que a conceituação vai além da simples denominação e ordenação das contas, mas refere-se também à presença de informações que têm o propósito de auxiliar na utilização do plano de contas, abrangendo o significado de cada conta, bem como suas movimentações.

As contas que compõem o plano de contas funcionam como um resumo das operações da empresa. Elas reúnem em seu interior todos os fatos contábeis ocorridos na entidade de mesma natureza, sintetizando-os, facilitando assim a análise da movimentação patrimonial da entidade. Cada conta tem sua especificidade e um título que procura demonstrar a operação que representa. Ela deve ser intitulada de modo a dar transparência quanto a seu entendimento no momento dos lançamentos contábeis, que são efetuados de acordo com a classificação e ordenação de cada conta. Sá (1979, p. 19) afirma que

*[...] grande parte dos erros que vêm sendo cometidos reside na intitulação indevida das contas; outras vezes o erro é mais grave e em vez de erro na denominação, existem ainda erros na relação dos objetivos das contas, misturando-se nelas uma série de fatos não semelhantes pela sua natureza.*

É devido a ocorrência destes equívocos que os procedimentos para a confecção de um plano de contas e mesmo um plano de contas já confeccionado devem ser revisados, objetivando eliminar estes erros, fazendo com que a escrituração seja mais simples e representativa da realidade vivenciada pela empresa.

### **3 REQUISITOS PARA A CONFECÇÃO DE UM BOM PLANO DE CONTAS**

#### **3.1 Aspectos operacionais**

A projeção de um plano de contas bem estruturado não é considerada uma das tarefas mais fáceis. Por ser um espelho das operações empresariais, o projeto de um plano de contas inicia-se com um vasto estudo sobre estas operações. É por meio do resultado deste trabalho, conhecendo profundamente como acontece o funcionamento da organização que começam a surgir as primeiras idéias de composição das

contas que farão parte do plano de contas contábil.

A classificação das contas que compõem o plano de contas depende de vários fatores e pode ser considerada sob diversos pontos de vista. Entretanto, existem alguns princípios gerais comuns a todas as classificações, conforme ensina Padoveze (1998, p. 155):

- a) *a estrutura do plano de contas deve propiciar a apresentação da informação de modo automático para os relatórios futuros, para evitar o retrabalho e redundância de dados*
- b) *deve propiciar a informação no grau de detalhamento necessário, evitando-se informações relevantes de modo aglutinado, que não permita compreensão e decisão;*
- c) *deve ser estruturada para manter o inter-relacionamento completo entre as contas afins do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultados do Exercício;*
- d) *para tanto, devem ser criadas contas adicionais quantas forem necessárias para atender aos três fundamentos anteriores.*

Observando as operações é que vão surgindo as figuras de todas as contas presentes em um plano. Por terem a função de espelhar e sintetizar as modificações patrimoniais é de extrema relevância a noção de quais movimentações serão registradas em determinada conta, afim de que o plano não seja extremamente sintético ou analítico.

Um plano de contas extremamente sintético acaba aglutinando várias informações em uma mesma conta, o que atrapalha a visualização dos fatos patrimoniais ocorridos em determinado momento. Já um plano de contas com um número excessivo de contas também causa problemas no momento da análise das demonstrações contábeis. Por serem estas compostas pelas contas do plano de contas, as informações geradas por elas acabam ficando bastante dispersas uma das outras, necessitando assim que os analistas destas demonstrações aproximem tais informações de modo que facilite seu entendimento e análise, causando um trabalho dispendioso para estes, além do problema de se ter que avaliar todas as movimentações para saber quais são semelhantes e possam ser aglutinadas sem prejudicar as informações geradas. Sendo assim, é mais proveitoso uma observação intensa das operações antes da confecção do plano de contas do que depois das demonstrações prontas, objetivando diminuir a possibilidade de equívocos nas avaliações.

As observações para a estruturação de um plano de contas são

bastante diversificadas, pois vão depender do setor empresarial e do tipo de operações que a entidade em estudo executa. Mas de maneira geral, explicita-se as informações ditadas por Padoveze (1998, p. 155) que melhor sintetizam os procedimentos a serem realizados no momento da confecção de um plano de contas:

- a) *devem atender primeiramente às necessidades específicas de cada empresa e suas segmentações de responsabilidade e às necessidades de informação de todos os usuários das informações contábeis;*
- b) *o ponto de partida das necessidades informacionais são as informações contábeis requeridas pelo dirigente máximo da empresa, sendo o papel do contador apenas de monitoramento e aconselhamento;*
- c) *partindo das informações do(s) dirigente(s) máximo(s), e seguindo em ordem hierárquica, atender aos demais usuários da informação contábil por toda a empresa;*
- d) *a classificação deve partir do geral para o particular;*
- e) *a classificação deve partir do detalhamento adequado do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa, que são os modelos decisoriais mais importantes de caráter global da empresa;*
- f) *as contas devem ser codificadas dentro do possível, ou conterem elementos claros para rápida identificação e assimilação do que representam;*
- g) *os agrupamentos devem ser feitos pensando nos relatórios ou telas que deles se originarão;*
- h) *os títulos das contas devem refletir imediatamente os elementos patrimoniais que representam – devem ser claros e sucintos;*
- i) *devem ter flexibilidade (margem para ampliação) e operacionalidade.*

Chama-se a atenção para a opinião de Padoveze que, na alínea b, restringe a atuação do contador em apenas de "monitoramento e aconselhamento". Muitas vezes a problemática de um plano de contas mal formulado advém exatamente devido a esta colocação. Defende-se a idéia de que o contador deve ser o executor do projeto de um plano de contas e não apenas monitorá-lo e aconselhar se está certo ou errado.

Ele deve sim, pesquisar e entender como funcionam as atividades empresarias, ouvir as necessidades dos usuários das informações que serão geradas e ele próprio confeccionar este plano de contas. Isto porque é o profissional da contabilidade que detém o conhecimento das normas contábeis, regras, procedimentos que regem a escrituração, que consequentemente gerarão as informações nas demonstrações contábeis.

### 3.2 Contribuição da Teoria Contábil

O profissional da área contábil diante da confecção de um plano de contas deve também conhecer e fornecer a este plano informações que se baseiam nos diversos procedimentos e preceitos ditados pela teoria da contabilidade.

A teoria contábil tem por finalidade garantir a sedimentação do conhecimento contábil. É por meio deste conjunto de princípios e procedimentos que a contabilidade transforma a técnica do registro contábil em atos legitimados pela teoria, utilizando a sistematização do débito e do crédito de forma ampla, seguindo diretrizes gerais de ação que procuram atingir o objetivo primordial da contabilidade: fornecer informações para a tomada de decisões de seus usuários. Segundo Hendriksen (1999, p. 32), apesar da importância dos princípios que regem a profissão, eles

*representam apenas uma das forças que moldam a prática contábil. A política, a economia e a legislação também representam muitas das forças poderosas que se juntam a considerações puramente teóricas para a determinação da prática.*

A teoria da contabilidade, além do desenvolvimento de princípios, também busca compreender essas forças.

Observando os preceitos sobre como a teoria influencia as práticas contábeis no projeto e na utilização do plano de contas contábil nas empresas, demonstraremos alguns dos procedimentos mais usuais citados pela teoria que auxiliam o profissional da contabilidade no planejamento, especificação das contas e definição quanto aos lançamentos efetuados em uma planificação contábil.

#### 3.2.1 Os princípios fundamentais de contabilidade

Os princípios contábeis são regras, normas e procedimentos que procuram fundamentar e justificar o modo como as práticas contábeis devem ser realizadas. Os princípios não tratam especificamente de ca-

so isolados, mas procuram abranger aspectos gerais e imprescindíveis a uma uniformização dos procedimentos contábeis.

Muitos autores classificam a estrutura conceitual básica da contabilidade de acordo com a hierarquização de postulados, princípios e convenções. Como o objetivo desta seção é o de demonstrar de maneira geral os norteamentos ditados pelos princípios, nos basearemos nos princípios fundamentais de contabilidade de acordo com a Resolução CFC nº 750, de 29 de dezembro de 1993, por serem eles os pilares para a formulação das Normas Brasileiras de Contabilidade:

✓ **O Princípio da Entidade:** reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade. Procura distinguir a figura da entidade com a de seus proprietários, entendendo que a entidade em si é uma pessoa distinta de seus criadores, ou seja, seus patrimônios não se confundem.

*Art. 4º - O princípio da Entidade reconhece o Patrimônio como objeto da contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC, 1993)*

✓ **O Princípio da Continuidade:** para a contabilidade, as entidades são organismos criados com a intenção de sobrevivência indeterminada, a não ser que provem o contrário. Conforme nos explica Iudícibus (1997, p. 50),

*seus ativos devem ser avaliados de acordo com a potencialidade que tem de gerar benefícios futuros para a empresa, na continuidade de suas operações, e não pelo valor que poderíamos obter se fossem vendidos como estão.*

*Art. 5º - A Continuidade ou não da Entidade, bem como sua vida definida ou provável, deve ser considerada quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas. (CFC, 1993)*

✓ **O Princípio da Oportunidade:** a movimentação patrimonial deve ser registrada no período imediato à sua ocorrência, mesmo se não houver certeza absoluta de como aconteceu. Deste modo, os fatos

registrados no período exato de seu acontecimento diminuem a hipótese da presença de falsas informações futuras nas demonstrações contábeis.

*Art. 6º - O Princípio da Oportunidade refere-se simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independente das causas que as originaram. (CFC, 1993)*

✓ **O Princípio do Registro pelo Valor Original:** os bens patrimoniais, quando integrados na entidade, devem ser registrados pelo valor que esta negociou e desembolsou para consegui-los no mercado externo ao da organização. Este princípio utiliza-se deste preceito por geralmente existirem comprovantes de pagamentos que legitimam o valor desembolsado pela entidade, juntamente com o real valor dos bens adquiridos.

*Art. 7º - Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do país, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da entidade. (CFC, 1993)*

✓ **O Princípio da Atualização Monetária:** os bens registrados pelo seu valor original devem ser atualizados de acordo com as mudanças no poder aquisitivo da moeda. Essa atualização tem como base um indexador para sua efetivação, sendo que este é válido como uma padronização para todas as entidades, com o objetivo de possibilitar possíveis análises posteriores de seus patrimônios. Esta atualização é feita geralmente no período de publicação das demonstrações contábeis, mas também podem ser feitas no decorrer nas mutações patrimoniais, desde que respeitado o regime de competência.

*Art. 8º - Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais. (CFC, 1993)*

Este princípio em tempos de altos índices inflacionários foi essencial para a evidência fidedigna das mutações ocorridas no patrimônio das entidades, fazendo com que estas não ficassem engessadas em valores que não mais representavam o poder aquisitivo



real da moeda em um dado momento. Com os baixos índices de inflação vivenciados pela economia nos últimos tempos, este princípio ficou inutilizado. Mas ele ainda faz parte dos princípios fundamentais de contabilidade por ser um importante procedimento a ser adotado no caso de futuramente venha-se a presenciar novamente uma economia com altos índices inflacionários.

✓ **O Princípio da Competência:** a confrontação das despesas com as receitas deve ser efetuada na época da ocorrência do fato gerador. Na maioria das vezes, o fato gerador é caracterizado pela entrega do bem ou a prestação de serviço ao requerente, devendo, portanto, ser registrado nesta ocasião. Isto porque, quando ocorre a entrega do bem ou a prestação de serviços, todos ou quase todos os esforços despendidos para consegui-los já se encerraram e, como a receita deve ser reconhecida no momento do reconhecimento da despesa, é este o momento para se fazê-lo. Importante salientar que a base do confronto não está relacionada ao montante dos recursos efetivamente recebidos em dinheiro ou pago, no período, mas às receitas reconhecidas (ganhas) e às despesas incorridas (consumidas) no período.

*Art. 9º - As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independente de recebimento ou pagamento.(CFC, 1993)*

Na verdade, a Resolução CFC nº 750, de 29 de dezembro de 1993 trata de dois assuntos distintos em um mesmo princípio. O princípio da competência descreveria o regime de competência adotado pela entidade, ou seja, a duração do exercício em que ela realiza suas atividades. E, ligado a este princípio, teríamos o registro do reconhecimento da receita e das despesas, que seria um princípio à parte ao da competência. Mas este fato não deixa de validar tal princípio, pois ele é de extrema importância ao exercício da contabilidade.

✓ **O Princípio da Prudência:** relata a posição conservadora que a contabilidade deve ter no momento da mensuração dos valores patrimoniais. Na dúvida entre dois ou mais valores distintos, na avaliação do ativo escolher o menor valor e na avaliação das obrigações do passivo, o maior valor. Iudicibus (1997, p. 62) descreve muito bem a relevância deste princípio quando diz que

*[...] esse procedimento não deve ser confundido nem desvirtuado com os efeitos da manipulação de resultados contábeis, mas encarado à luz da vocação de resguarda, cuidado e neutralidade que a Contabilidade*

*de precisa ter, mormente perante os excessos de entusiasmo e de valorizações por parte da administração e dos proprietários da entidade.*

*Art. 10º - O Princípio da Prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do Ativo e do maior valor para os componentes do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.(CFC, 1993)*

#### 4 IMPORTÂNCIA DO PLANO DE CONTAS

O plano de contas é uma ferramenta contábil que proporciona ao profissional da contabilidade uma melhor organização e entendimento quanto às tarefas de escrituração dos fatos contábeis. Ele funciona como um orientador, um guia de como deve-se proceder durante o exercício do registro das operações, oferecendo a vantagem de uniformização das contas utilizadas em cada movimentação. Marion (1989, p. 151) salienta que

*[...] um plano de contas que evidencia um único título de conta para determinada operação evita que diversas pessoas, ligadas ao setor contábil (lançadores), registrem, com nomenclaturas diferentes, um mesmo fato contábil ou uma mesma operação. Dessa forma, temos a padronização dos registros contábeis, podendo, inclusive, haver rotação de profissionais contábeis sem prejuízo da uniformidade das nomenclaturas das contas.*

Diversas empresas utilizam o sistema contábil baseado em um plano de contas limitado em detalhamentos que somente detém contas destinadas ao levantamento de balancetes mensais, os quais tem finalidade fiscal, ou seja, para a apuração das bases de cálculo de impostos e contribuições a serem pagos no decorrer do exercício, o que acaba por não atingir plenamente o objetivo da contabilidade em atender às necessidades dos seus diversos usuários, que têm como base para a tomada de decisões as informações geradas por ela. Então, para obter informações detalhadas sobre a gestão empresarial, a administração das empresas se socorrem das diversas áreas operacionais mediante relatórios gerenciais, que muitas vezes, por serem confeccionados separadamente, causam conflitos no momento da confrontação dos dados.

É justamente neste aspecto que um bom plano de contas pode minimizar problemas existentes na evidenciação contábil. Tornando a

escrituração contábil mais simples e organizada, o plano de contas também é o ponto inicial para que se elaborem demonstrações contábeis fidedignas com a realidade empresarial, de mais fácil e rápido entendimento. Por meio destas demonstrações que abrangem dados generalizados dos diversos setores da empresa é que surgirão os relatórios que proporcionam à administração uma base de apoio mais confiável para a tomada de decisão.

Assim, torna-se possível que tais relatórios gerenciais não reflitam e especifiquem apenas dados referentes à época presente vivenciada pela empresa ou somente dados de áreas específicas da entidade, mas também períodos que ainda estão por vir. Iudícibus, Martins, Gelbeke (2000, p. 34) enfatizam que

*o ideal é que tais demonstrações sejam apresentadas comparativamente com as projetadas (orçadas) e analisadas as variações principais para a Administração tomar as medidas corretivas e de caráter operacional com a máxima rapidez. Logicamente, isso requer critérios uniformes entre os do orçamento e os da Contabilidade e plano de contas compatível.*

#### **4.1 A padronização do plano de contas nas empresas seguindo modelos de sistemas contábeis informatizados**

Os sistemas contábeis automatizados surgiram com o objetivo de auxiliar o profissional da contabilidade nas tarefas rotineiras, tarefas estas que antigamente eram executadas em sua totalidade manualmente, o que tomava um tempo demasiadamente dispendioso no exercício profissional. Sendo assim, o profissional da contabilidade ficava bastante envolvido com estas tarefas, o que não lhe proporcionava um tempo maior para aprimorar-se e auxiliar na diversificação das práticas contábeis.

Com o advento dos sistemas informatizados, a contabilidade sofreu profundas mudanças em suas estruturas de trabalho. Por serem ferramentas auxiliares e de fácil entendimento, tarefas como escrituração, cálculos de impostos e folhas de pagamentos se transformaram em tarefas executadas não necessariamente por profissionais especializados, mas por indivíduos com um conhecimento mínimo em contabilidade.

Inicialmente, este fato muito preocupou os profissionais contábeis, que viram seu campo de trabalho reduzido com os benefícios gerados pelos sistemas informatizados. Muitos porém procuraram novos campos de atuação na área contábil, o que acabou por criar uma nova modalidade para a contabilidade: a contabilidade voltada para a gestão empresarial.

Sendo assim, os sistemas contábeis que antes facilitavam apenas as tarefas rotineiras também ganharam uma nova formulação e se transformaram nos sistemas de informações contábeis. Estes sistemas, segundo Nash (apud Padoveze, 1998, p. 112) "é um veículo formal para o processamento operacional de dados contábeis e para as atividades de suporte à decisão." Ele ainda salienta que estes sistemas incluem: "avaliação de desempenho, dados estatísticos expressos em termos não monetários e aceitam *input* de outras fontes além das transações financeiras tradicionais."

Atualmente existem várias empresas que atuam especificamente no setor de planejamento destes softwares, o que proporciona os profissionais da contabilidade uma melhor diversificação na escolha de qual sistema utilizar. No presente trabalho, fez-se uma averiguação na metodologia de funcionamento de alguns dos sistemas mais utilizados no mercado, a fim de analisarmos especificamente os modelos de planos de contas sugeridos por tais sistemas.

O plano de contas é uma ferramenta essencial para a contabilidade no âmbito de fornecimento de informações como auxílio na tomada de decisões. Atualmente não se pode afirmar que existe um plano de contas padrão, a não ser os planos de contas pertencentes a atividades específicas como o plano de contas que rege as operações das instituições financeiras (COSIF) e das instituições imobiliárias, por exemplo. O que se encontra constantemente são vários tipos de modelos de planos de contas, que objetivam, em sua maioria, servirem como orientadores durante a execução do projeto de um plano de contas.

Os modelos de planos de contas existentes são, em sua essência, bastante similares. Este aspecto advém desde os modelos propostos pelas obras acadêmicas que tratam do assunto, que trazem uma maior diversificação apenas quando demonstram planos de contas específicos para empresas que atuam em determinados ramos de atividades ou quando intitulam as contas diferentemente de outros planos de contas existentes. Sendo assim, cada obra tenta reunir o máximo de contas presentes em outros planos e formula seu próprio modelo de plano de contas, causando na verdade apenas uma reunião de contas e ordenações já existentes. Assim, na verdade os planos de contas variam de tamanho e não nos objetivos pelos quais foram projetados.

Os planos de contas presentes nos sistemas contábeis não fogem à regra da similaridade. Eles ainda possuem uma característica diferenciada: as semelhanças entre eles, em sua maioria, concordam com as semelhanças existentes entre os planos das obras acadêmicas. As semelhanças aumentam quando comparados com um dos mais tradicionais planos de contas, o plano de contas do Manual de Contabilida-

de das Sociedades por Ações (FIPECAFI). Tido como um dos modelos mais completos de planos de contas, o Manual proporciona uma grande diversidade de grupos, subgrupos e contas que compõem o modelo, sendo este um dos modelos mais pesquisados e até mesmo copiados na formulação de um plano de contas.

Entre os planos de contas dos sistemas contábeis, nota-se uma grande diferenciação quanto a diversidade de contas proporcionadas por eles aos usuários. Alguns tentam formular modelos quase que completos, tentando imaginar o máximo de contas possíveis a serem utilizadas, ditando grupos, subgrupos e até exemplos específicos de contas que representam operações de determinado ramo de atividade. Outros são mais sintéticos, apresentando apenas contas básicas, os grandes grupos e os subgrupos mais conhecidos, sem se preocupar com detalhes, que presume-se serão completados posteriormente pelos usuários interessados.

A codificação das contas também variam de um plano para o outro, de acordo com a quantidade de grupos pelos quais o plano é dividido e pela quantidade de contas que compõem estes grupos, sendo os principais o grupo do ativo, passivo e o grupo das contas de resultado:

- ✓ Ativo e Passivo: poucas são as diferenças encontradas entre os planos de contas. As contas pouco divergem tanto na intitulação quanto na composição, variando na quantidade de subgrupos, como por exemplo, especificação de mais de um tipo de caixa, bancos e despesas diferidas diversos, impostos e contribuições a recuperar e a pagar, contas diversas a pagar, entre outras.
- ✓ Despesas / gastos / custos: alguns planos especificam contas que representam gastos, outras que representam custos e também contas representativas de despesas. Existem planos que realizam esta segregação especificando ramos de atividades como indústrias, comércio e serviços. Outros tratam apenas como custos / despesas, utilizando-se do formato da Demonstração de Resultado do Exercício.
- ✓ Receitas: o grupo das receitas é bastante semelhante entre os planos de contas, pois a maioria leva em consideração o formato da Demonstração de Resultado para evidenciá-las, dividindo-as em operacionais, não operacionais, financeiras e outras.
- ✓ Grupo das contas de compensação: as contas de compensação são contas que não fazem parte das demonstrações contábeis. Sua finalidade principal é demonstrar os fatos extra contábeis ocorridos, a fim de que melhor se possa entendê-los no momento da confecção das notas explicativas. Somente os planos

de grande complexidade numeram e intitulam um grupo especificamente para estas contas.

Os modelos de planos de contas dos sistemas contábeis são planos gerais, ditados para todo e qualquer tipo de entidade. Todos eles deixam a entender que são apenas modelos e não uma formulação pronta de um plano que será implantado nas empresas. Mas devido à diversidade de contas que apresentam, juntamente com o desencadeamento de subgrupos destas contas, muitas empresas acabam adotando estes planos como oficiais, muitas vezes sem ao menos adicionar contas representativas das atividades empresariais ou retirar aquelas que não fazem parte das operações da empresa. Segundo Marion (1989, p. 150) "infelizmente um grande número de empresas 'importa'(copia) de outras o Plano de Contas. Ainda que seja 'importado' de uma empresa do mesmo ramo de atividade, o tamanho e as características normalmente diferem."

Esta tática operacional é bastante antiga e, mesmo antes do advento dos sistemas informatizados já se fazia presente na escrituração contábil. Sempre foi muito mais cômodo utilizar-se de modelos propostos em obras acadêmicas (que inclusive não apenas propõem modelos gerais de planos de contas como também propõem modelos específicos de acordo com cada setor da economia), que estruturam o plano de contas de acordo com a legislação vigente que trata das evidenciações contábeis do que gastar tempo e dinheiro organizando a melhor maneira possível de se estruturar um plano de contas.

Além disso, ressalta-se também a falta de interesse do próprio profissional da contabilidade em realizar o trabalho de estruturação do plano de contas da empresa pelo qual ele presta serviço. Não que lhe falte conhecimentos suficientes para fazê-lo, mas as práticas contábeis em si, ao longo do tempo tornam-se um tanto repetitivas, acabam por induzir que um plano de determinado seguimento de empresa pode ser utilizado para outra de mesmo ramo e assim cria-se a idéia de que o plano de contas já está pronto, bastando adicionar contas específicas da empresa ou retirar aquelas que ela não utilizará em sua escrituração.

O que deve ser modificado é a percepção inicial dos estudantes e mesmo dos profissionais mais experientes das vantagens de se produzir um próprio plano de contas dentro das perspectivas empresariais. Como nos ensina Marion (1989, p. 151)

*O ideal seria se cada empresa implantasse, dentro dos moldes estabelecidos pela nossa legislação e na tradição contábil, o seu próprio Plano de Contas, mesmo que, no decorrer do tempo, se fizesse alterações no sentido de aperfeiçoá-lo.*

## 5 CONCLUSÃO

O plano de contas é uma ferramenta imprescindível para a efetivação das técnicas contábeis. Por meio dele torna-se possível padronizar lançamentos e reunir dados das movimentações patrimoniais, facilitando assim a confecção e análise das demonstrações contábeis, tendo como consequência primordial auxiliar com maior efetividade a tomada de decisões dos usuários interessados.

É preocupante o modo como as organizações atualmente têm-se utilizado de planos de contas já elaborados e adotando-os à sua realidade empresarial. Os modelos de planos de contas devem ser vistos apenas como alternativas de melhor visualização de como projetar um plano de contas empresarial, e não como uma padronização de como devem ser.

O projeto de um plano de contas deve contemplar a missão e o negócio das empresas, de forma a permitir a transparência de suas operações. Por isso, cabe ao profissional da contabilidade se conscientizar da capacidade informativa de um plano de contas bem estruturado, procurando sempre projetá-lo de acordo com as reais operações vivenciadas pela organização e atualizá-lo de acordo com novos fatos e movimentações que venham a ocorrer no patrimônio da entidade em estudo ao longo de sua existência.

## 6 REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 750 de 1993. Dispõe sobre os princípios fundamentais de contabilidade. Disponível em <<http://www.cfc.org.br>>

FRANCO, Hilário. *Contabilidade gerencial*. 20. ed. São Paulo: Atlas, 1981.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. *Teoria da contabilidade*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu & GELBCKE, Ernesto R. *Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu & GELBCKE, Ernesto R. *Teoria da contabilidade*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MARION, José C. *Contabilidade empresarial*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

PADOVEZE, Clóvis Luís. *Sistemas de informações contábeis*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu & GELBCKE, Ernesto R. SÁ, Antônio Lopes de. *Planos de contas*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1979.